

Cidadão tem que exercer seu direito à informação

Através do Portal da Transparência, o cidadão pode fiscalizar os gastos públicos. — Simone Rodrigues

Muita gente não sabe, mas a sociedade, diga-se de passagem, por força de Lei, dispõe de um importante mecanismo de controle e/ou fiscalização acerca dos recursos públicos. Isto porque diversas instituições públicas já possuem, dentro da sua cadeia organizacional, a figura dos Portais da Transparência. No Piauí, o portal www.portaltransparencia.pi.gov.br está ficando cada vez mais conhecido, mas segundo a controladoria-geral do Estado (CGE), ainda precisa ser mais acessado.

“Apesar de o Estado ainda ter um acesso reduzido à banda larga, o cidadão tem

que estar atento aos seus direitos e exercer seu direito de ajudar a fiscalizar os gastos públicos. “Um dos melhores caminhos para isso é o instrumento do Portal da Transparência. Estamos, inclusive, em trabalho de melhorias no sistema do nosso portal, para que o cidadão possa encontrar o que precisa de maneira ainda mais fácil”, explica o controlador-geral.

Estes dispositivos, comumente concebidos no formato de páginas virtuais, os sites da internet, servem como interface entre os gestores, no caso dos líderes do Executivo (presidente da

República, governadores e prefeitos), os demais Poderes, Legislativo e Judiciário e alguns órgãos fiscalizadores, a exemplo dos Tribunais de Contas, que precisam de forma constante divulgar toda a sua movimentação financeira.

Nestes portais, os gastos com pessoal, salários de servidores, efetivos e comissionados, com custeio, para a manutenção de tais instituições, além dos recursos recebidos de outras instâncias, ou mesmo destinados a outros locais, devem estar totalmente discriminados.

A primeira instituição, por assim dizer, a criar um Portal da Transparência foi o Governo Federal, no ano de 2004, na gestão do ex-presidente, que norteou a construção de diversos outros websites da mesma natureza. Vale ressaltar que, diversas outras instituições federais, como Ministérios, Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União, já possuem seus portais, que servem ainda como importantes mecanismos de fiscalizações sobre o repasse e a utilização das verbas federais, que custeiam a maior parte das atividades desenvolvidas pelos estados e pelos municípios brasileiros.

Portal da Transparência do Governo do Estado do Piauí

CGE
Controladoria Geral do Estado

Início | Receitas | Despesas | Transparências Fiscais | Licitações | CEIS | Obras | Ouvidorias | Poderes

CONVOCAÇÃO PARA A 1ª CONSOCIAL

1ª Conferência Nacional CONSOCIAL
Transparência e Controle Social

O Decreto de nº 14.641, de 23 de Novembro de 2011 altera o Decreto nº 14.579, de 12 de setembro de 2011, que convoca a 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social.

O caput do art. 1º do Decreto nº 14.579, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação: Art 1º Fica convocada a 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social a se realizar entre os dias 12 e 13 de abril de 2012, na cidade de Teresina-PI, com o tema: "A Sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública", como etapa preparatória da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - 1ª CONSOCIAL".

Notícias

- Comissão aprova Cerest de Urupui
- 06/03 12:35
Transardestina nega demissão no Piauí
- 06/03 12:25
Restaurante flutuante será novo atrativo turístico em Teresina

Contato

CGE CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



chrOma



A PEDRA É O FIM DO CAMINHO

O crack destrói o cérebro e compromete toda a saúde do indivíduo. Em muitos casos, basta fazer uso do crack uma vez para ficar dependente. Em uma semana, alguns perdem mais de dez quilos de peso, abandonam os estudos e o trabalho, entram para o crime ou para a prostituição e desestruturam a família. **Um em cada três usuários morre em até cinco anos.**

SÓ EXISTE UM MEIO DE FICAR LIVRE DO CRACK: **NUNCA EXPERIMENTE**



CÂMARA
DE ENFRENTAMENTO
AO CRACK
E OUTRAS DROGAS

